



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
“Casa de Epitácio Pessoa”

Comissão de Orçamento, Fiscalização, Tributação e Transparência

ATA



ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO, TRIBUTAÇÃO E TRANSPARÊNCIA, DA 2ª. SESSÃO LEGISLATIVA, DA 20ª. LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, QUE TEVE POR OBJETIVO DISCUTIR A VIABILIZAÇÃO FINANCEIRA PARA A CRIAÇÃO DE UM BATALHÃO DE SEGURANÇA NAS ESCOLAS ESTADUAIS, ABSORVENDO OS PMS AFASTADOS QUE LUTAM PELA SUA REINTEGRAÇÃO À POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 22 DE AGOSTO DE 2024.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e dois de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Plenário José Mariz, da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, sob a presidência do deputado Jutay Meneses, realizou-se a presente audiência pública da Comissão de Orçamento, Fiscalização, Tributação e Transparência, conforme o disposto no art. 302 do RI desta Casa Legislativa, que teve por objetivo discutir a viabilização financeira para a criação de um batalhão de segurança nas escolas estaduais, absorvendo os PMS afastados que lutam pela sua reintegração à polícia militar."Invocando a

proteção de Deus e, em nome do povo paraibano," o senhor presidente declarou aberta a presente reunião e foi realizado 1 minuto de silêncio em homenagem às vítimas do Covid-19. Ato contínuo, ele convidou para compor a mesa: o excelentíssimo senhor deputado Sargento Rui para secretariar os trabalhos; o excelentíssimo senhor deputado federal Cabo Gilberto Silva; Major Brito, presidente da Associação dos Oficiais da Polícia e Bombeiros da Paraíba; Sargento Hélio, presidente da União dos Militares Estaduais da Paraíba; senhor Jimmy Felipe, que faz parte da diretoria da UMESP; Walter Lima, presidente da Associação dos Policiais Militares Licenciados da Paraíba e Associação Recreativa dos Policiais da Paraíba e o Pastor Rodrigues, representando a Igreja Universal do Programa UFP Universal nas Forças Policiais. Em seguida, o presidente convidou o deputado sargento Rui para secretariar os trabalhos e de quem solicitou a leitura do expediente em mesa. Na sequência, o deputado Jutay Meneses passou a presidência ao deputado sargento Rui, o qual lhe concedeu a palavra para que ocupasse a tribuna e proferisse o discurso. O orador cumprimentou todos os presentes, o deputado federal Cabo Gilberto Silva, os representantes de associações militares e civis da Paraíba, como Major Brito, Walter, Sargento Hélio, Jimmy Felipe e o Pastor Rodrigues. Agradeceu aos telespectadores da TV Assembleia e, em seguida, justificou a importância da audiência pública solicitada para debater um tema que considerava relevante: os ataques violentos às escolas no Brasil nos últimos dois anos, e a aparente falta de atenção das autoridades municipais, estaduais e federais em relação às vítimas. Ele destacou que, enquanto a violência nas escolas era esquecida pelos poderes, os pais das vítimas ainda carregavam a memória de seus filhos perdidos e traumatizados pela violência. Ele lembrou que já havia discursado sobre o tema anteriormente e propôs, mais uma vez, a criação de um batalhão escolar no

estado da Paraíba. A ideia consistia em utilizar policiais militares da reserva, que já atuavam em diversas funções de segurança, para proteger as escolas, com o uso de armamento não letal. Segundo ele, esses policiais teriam a sensibilidade e o treinamento necessários para identificar potenciais ameaças e garantir a segurança dos alunos, criando assim um ambiente mais seguro para o aprendizado. Ele destacou que havia pessoas altamente capacitadas, com vasta experiência para lidar com diversas situações, e que essas características as tornavam aptas para o serviço proposto. Disse ainda que via na proposta uma solução para duas questões: levar segurança às escolas, protegendo crianças e patrimônio, e reintegrar à Polícia Militar aqueles que estavam em situações de incerteza. Ele mencionou que alguns haviam conseguido a reintegração judicialmente, mas outros não, o que ele considerava uma injustiça, pois, segundo ele, não entendia a razão para a aplicação de dois pesos e duas medidas. O deputado enfatizou ainda que estava engajado nessa luta há algum tempo, já tendo realizado reuniões com secretários e o comandante-geral da Polícia Militar para buscar uma forma de reintegração. Ele afirmou que, mesmo quando parecia que não estavam agindo, os esforços nos bastidores continuavam, com tentativas de levar o problema ao governador João Azevedo, por meio de seu secretário da Casa Civil. Também mencionou que a luta incluía a situação dos trabalhadores do sistema prisional que estavam sendo afastados sem perspectivas de aproveitamento, destacando servidores com décadas de experiência. Reafirmou seu compromisso como interlocutor da causa, garantindo que buscaria uma solução viável, como a proposta de criação do batalhão escolar. Declarou que os presentes poderiam contar com seu apoio, mesmo sendo parte da base do governo, pois mantinha a liberdade de criticar quando necessário, sem abrir mão de seus ideais e do compromisso com os policiais afastados e agentes penitenciários. Concluiu

reafirmando o apoio de outros aliados, como o Sargento Rui e o deputado federal Cabo Gilberto, destacando o comprometimento de ambos com a causa da segurança pública na Paraíba. Em seguida, o deputado Jutay Meneses reassumiu a presidência e o deputado Sargento Rui a secretaria dos trabalhos; ato contínuo, foi feito o registro de presença de Wagner Falcão, presidente da Associação dos Policiais Militares Penais – AGPPEN e o presidente deputado Jutay Meneses cumprimentou o senhor Wagner Falcão convidando-lhe para compor a Mesa. Na sequência, o deputado federal Cabo Gilberto fez seu discurso. O parlamentar expressou sua satisfação por estar na Assembleia Legislativa, onde serviu por quatro anos como deputado estadual, agradeceu a presença do deputado estadual Sargento Rui, Major Brito, Walter Lima, Sargento Hélio, Jimmy, Pastor Rodrigues, e outros, reconhecendo suas contribuições em várias lutas, parabenizou o deputado Jutay Meneses por seu apoio quando ainda era policial militar da ativa, destacando as defesas feitas por Jutay diante das perseguições que sofreu do então governador Ricardo Coutinho, mencionou a Emenda 37, de interesse dos militares, que foi aprovada duas vezes pela Assembleia, mas derrubada pela Justiça, elogiou o esforço contínuo de Jutay e destacou a importância de policiais em escolas, citando o caso de Santa Catarina, onde a presença de um policial poderia ter evitado uma tragédia. Ele ressaltou ainda a dificuldade que os militares enfrentam para defender seus direitos, devido à ausência de sindicatos e à regulamentação rígida que ainda os trata como cidadãos de segunda classe. Ao finalizar, pediu atenção para a Lei Orgânica da Polícia Militar, que já foi aprovada em Brasília, mas ainda aguarda implementação na Paraíba, conclamou os deputados presentes a se envolverem na votação dessa lei e ressaltou a necessidade de uma legislação que atenda aos interesses da maioria dos militares. Em seguida, o presidente deputado Jutay Meneses convidou

Sargento Patrian para compor a Mesa e passou a palavra para o senhor Jimmy Felipe. No uso da tribuna, o orador expressou sua satisfação em discutir dois temas principais: uma reparação histórica para ex-policiais militares e o debate sobre a nova Lei Orgânica, explicou que, após 40 anos de discussões sobre a necessidade de reformar a lei que rege as polícias militares, a lei foi finalmente aprovada no ano anterior, destacou que alguns avanços ocorreram, mas também houve retrocessos e pontos omissos. Ele ressaltou que a criação da Lei Orgânica no âmbito estadual permitirá uma adequação democrática da estrutura da Polícia Militar da Paraíba, com a participação ativa de militares da ativa, da reserva e daqueles que desejam retornar à corporação. A unificação das leis existentes, que hoje estão dispersas, também foi apontada como uma prioridade, destacando exemplos de normas desatualizadas que ainda estão em vigor. O orador enfatizou a necessidade de participação popular no processo de construção dessa nova lei, especialmente para evitar retrocessos, como a exclusão de praças na composição da nova legislação, mencionou a importância de garantir que a lei contemple todos os militares, incluindo os que têm habilidades específicas, como médicos, e aqueles que desejam reingressar. Também fez um apelo para que todos participassem do debate, buscando um diálogo construtivo com a administração pública e a sociedade em geral. Na sequência, passou-se a palavra ao sargento Hélio, que começou agradecendo ao deputado Jutay Menezes e a vários colegas presentes, como o comandante Walter e o Major Brito, reconhecendo suas contribuições e lutas, apresentou a importância da Lei Orgânica, destacando como ela impactaria os policiais licenciados, a sociedade civil e a Polícia Militar da Paraíba, mencionou que a lei, aprovada em 2023, resultou de discussões em Brasília, das quais ele participou, com o apoio de militares da ativa, e que, apesar dos avanços, ele lamentou que a lei tenha deixado de lado a

participação das associações, sendo construída sem o devido debate público. Ele ainda criticou a falta de acesso ao texto legal final, pediu transparência e propondo mais audiências públicas para que a sociedade pudesse discutir a lei, ressaltou que ela versa sobre questões cruciais, como efetivos e garantias dos profissionais de segurança pública, mas criticou o fato de que o texto não abordar garantias como carga horária, assistência jurídica, médica e psicológica e a discussão sobre esses direitos essenciais. Ele destacou ainda o aumento de 700% nos afastamentos de policiais na Paraíba devido a problemas psicológicos nos últimos cinco anos, enfatizando a negligência do estado em fornecer assistência adequada aos profissionais de segurança pública, mencionou síndrome de burnout, comum entre esses profissionais, e criticou a falta de reconhecimento das associações e a perseguição a seus líderes. Ele argumentou que a Lei Orgânica deveria garantir a liberdade associativa e o respeito pelos direitos dos policiais, permitindo que se expressem sem medo de punições, mencionou a falta de acesso ao texto da lei e a necessidade de incluir licenciados e militares inativos na discussão, destacando a situação jurídica indefinida desses profissionais. Por fim, ele pediu uma legislação que respeite a dignidade dos profissionais de segurança pública, afirmando que, apesar de não buscarem conflito político, eles exigiam o respeito e o tratamento justo que merecem. Em seguida, o presidente deputado Jutay Meneses retomou a palavra e expressou agradecimento pela participação e pelas informações fornecidas, destacando a importância dos dados apresentados pelo Sargento Hélio para os debates na Assembleia. Ele mencionou que até pouco tempo a questão da Lei Orgânica da Polícia Militar era desconhecida pela Assembleia e que tomou conhecimento dela durante uma audiência com o coronel Sérgio, comandante-geral da Polícia Militar. Durante aquela reunião, foi informado sobre os erros na lei do Corpo de

Bombeiros, que precisaria ser emendada, afirmou ter solicitado ao gabinete que requisitasse a Lei Orgânica ao secretário de segurança e que a Assembleia também pediria formalmente o andamento da lei. Mencionou ainda a Lei Orgânica da Polícia Penal, que está em discussão há mais de dois anos, mas ainda não foi aprovada. Ele concluiu dizendo que tanto a Lei Orgânica da Polícia Militar quanto a da Polícia Penal seriam requeridas ao governo e encaminhadas ao gabinete dos deputados. Em seguida, convidou o Major Brito, presidente da Associação dos Oficiais Policiais e Bombeiros, para fazer uso da palavra. O orador agradeceu ao deputado Jutay Meneses pela oportunidade e elogiou a importância da sessão para a sociedade paraibana. Também cumprimentou o deputado estadual Sargento Rui, o presidente da Associação de Licenciados, Walter, e outros colegas presentes. Depois destacou a relevância do debate sobre a Lei Orgânica da Polícia Militar (LOB), afirmando que a Assembleia Legislativa era o local adequado para essa discussão, expressou o desejo de que a LOB fosse encaminhada rapidamente para a Casa de Epitácio Pessoa, destacou a necessidade de maior transparência e um debate profundo para evitar erros ou conflitos futuros, inclusive políticos. Ele ressaltou que era essencial garantir a conformidade com a Lei Nacional e abordar questões como promoções, formação de novos batalhões e funções dos oficiais administrativos; mencionou a confusão existente entre as funções dos oficiais administrativos e combatentes, sugerindo que cada grupo fosse valorizado em suas funções específicas, citou a necessidade de emendar a LOB dos bombeiros, especialmente em relação à promoção de oficiais administrativos para o quadro superior e, por fim, agradeceu pela oportunidade e desejou bênçãos a todos. O presidente deputado Jutay Meneses agradeceu ao major pela participação e esclareceu que, muitas vezes, as matérias que chegam à Assembleia, como a do Corpo de

Bombeiros mencionada, já têm o apoio da categoria envolvida. Ele lembrou que, no dia da votação da lei dos bombeiros, as galerias estavam cheias e a maioria dos militares presentes concordava com o que estava sendo votado, inclusive sem muita oposição. Ele mencionou que, na época, o Sargento Neto havia levantado alguns temas, mas os argumentos dele foram rejeitados, pois o quadro dos bombeiros militares estava de acordo com a votação. Ele destacou que os deputados, às vezes, são colocados em uma posição de apoio, baseados no consenso da categoria presente, e só após a sessão surgem críticas. Ele deu o exemplo do caso da Polícia Civil, em que questões foram levantadas antes da votação, com visitas aos gabinetes para discutir pontos de desacordo com a lei; enfatizou a importância de, ao discutir a Lei Orgânica da Polícia Militar, apresentar minutas e convencer os deputados, tanto da base quanto da oposição, antes das votações, para garantir um debate mais equilibrado e eficaz. Em seguida, o secretário deputado Sargento Rui usou da palavra e agradeceu a presença do Sargento Martins, presidente eleito na Associação de Cabos e Soldados. Na sequência, passou-se a palavra para o senhor Valtenison, militar aposentado. No uso da tribuna, o orador cumprimentou a todos os presentes, explicou que há dois tipos de licenciamento: por bem da disciplina e a pedido, considerou que a situação atual dos PMs é problemática, pois o licenciamento por bem da disciplina é equivalente a uma demissão, e o licenciamento a pedido não segue o processo legal correto (o que inclui a publicação no diário oficial e no boletim interno), expressou a sensação de ser tratado como massa de manobra e defendeu a necessidade de uma solução definitiva para a situação. Argumentou que a idade não deve ser um critério para a capacidade de trabalho e que a questão da indenização poderia ser resolvida em curto prazo. Enfatizou que a decisão deve considerar as condições individuais dos policiais sem prejudicar os que estão em situações

diferentes e concluiu agradecendo a oportunidade de expressar a opinião. Em seguida, o Sr. Presidente passou a palavra para o Sr. Flávio Gusmão, Vice – Presidente da UMESP, que, em tribuna, iniciou saudando a todos, destacou a necessidade de o Estado corrigir os erros cometidos em relação aos policiais licenciados de forma ilegal, enfatizou que, com a chegada da LOB na Casa, havia a oportunidade de anexar uma emenda que permitisse o reingresso desses policiais, expressou preocupação com o aumento da criminalidade e o desmonte dos valores familiares na sociedade, mencionou que a idade não deveria ser um impedimento para o reingresso dos policiais, pois havia leis estaduais que permitiam atuação de guardas militares da reserva em diversas funções e concluiu afirmando que impedir o reingresso dos policiais contribuiria para o aumento da criminalidade no Estado. Logo após, o Sr. Presidente passou a palavra para a Sra. Cabo Raquel França, Policial Militar. No uso da tribuna, iniciou saudando a todos, agradeceu a iniciativa do encontro e destacou a gravidade da criminalidade no ambiente em que trabalha, especialmente entre jovens e crianças. Afirmou que a criação de um batalhão específico para utilizar os militares seria de grande importância, apoiou os militares licenciados, pediu sensibilidade ao governador e aos deputados para que permitissem o retorno desses profissionais à ativa, expressou sua insatisfação com a falta de benefícios para a polícia militar e enfatizou que a Lei Orgânica era uma oportunidade para debater e trazer melhorias para a categoria. Dando seguimento à audiência, o Sr. Presidente passou a palavra para o Sr. Falcão, Presidente da AGPEN, que, em tribuna, iniciou saudando a todos, destacou o sofrimento e a perseguição que o sargento Hélio vinha enfrentando por representar a polícia penal e militar, pediu união para fortalecer essa representação, mencionou uma manchete que exaltava a segurança pública no Estado, mas criticou o fato de que, apesar dos

sucessos apontados pelo governo, os policiais civis e penais estavam enfrentando grandes dificuldades financeiras. Ele ainda enfatizou a importância da Lei Orgânica, destacando que ela deveria promover o crescimento e o respeito pelos policiais, mencionou a necessidade de discutir o escalonamento vertical para corrigir as discrepâncias salariais entre os diferentes postos da polícia, ressaltou a importância de discutir a saúde mental e física dos policiais, criticou promessas não cumpridas pelo governo, como a criação de uma clínica de saúde, e finalizou pedindo que a Lei Orgânica fosse discutida de forma justa e que refletisse na vida dos policiais, garantindo uma aposentadoria digna e corrigindo as injustiças salariais. Na sequência, o Sr. Presidente passou a palavra para o Sr. Joacir da Silva Santos, Policial licenciado, que, em tribuna, iniciou saudando a todos, expressou sua indignação com as injustiças que enfrentou, mencionou que foi licenciado para se candidatar a vereador em Arara, mas acabou sendo punido por falta de orientação adequada, relatou que, após não ser eleito, retornou ao comando geral e continuou recebendo seu salário por quase um ano, tentou ser justo e regularizar sua situação, e explicou que foi injustamente punido, pois foi cortado o seu pagamento. Também mencionou que, anos depois, a PM publicou em seu boletim interno uma mudança de comportamento de "bom" para "excepcional", o que ele considerou um descaso, criticou a falta de coerência e justiça na aplicação das regras, apontando que outros militares, com influências políticas, conseguiram retornar à PM sem dificuldades, enquanto ele teve seu pedido negado. Concluiu clamando por justiça e chamando a atenção do governo para as injustiças sofridas por ele e outros policiais licenciados. Em seguida, o Sr. Presidente passou a palavra para o Sr. Sargento Martins. No uso da tribuna, iniciou saudando a todos, ressaltou a importância de se valorizar a Polícia Militar da Paraíba, destacou a

necessidade urgente de se incluir mais de dez mil homens na força policial, frisou que muitos dos presentes, que já têm experiência, poderiam ser aproveitados, criticou as injustiças que ocorrem dentro da instituição, tanto para os policiais reformados quanto para os da ativa, lembrou as oportunidades perdidas de melhorias salariais ao longo dos anos, mencionando iniciativas como a lei de remuneração proposta por Ronaldo Cunha Lima e a lei de escalonamento vertical de José Targino Maranhão, que, segundo ele, foram engavetadas, resultando em perdas significativas para a classe. Lamentou que a Paraíba era o único estado a adotar a "bolsa desempenho", que considera uma medida negativa para a categoria, conclamou os policiais a se unirem e a lutarem pelo escalonamento vertical e por melhorias salariais, alertando que sem essa união, nada seria alcançado. Ele enfatizou ainda a importância de incluir os praças nas discussões da nova lei orgânica e criticou a falta de transparência de alguns líderes sindicais em relação aos projetos de lei propostos. Também fez um apelo aos presentes para que buscassem apoio de deputados, amigos do governador e outros políticos para lutar por um subsídio com escalonamento vertical, o que, segundo ele, tiraria a polícia da crise e garantiria um futuro mais digno para todos os policiais. Logo após, o Sr. Presidente passou a palavra para o Sr. Joildo Espínola, advogado; no uso da tribuna, iniciou saudando a todos, destacou a importância do momento, definindo-o como uma oportunidade crucial para que os policiais militares apresentem suas reivindicações ao governo e para que o Estado pudesse corrigir as injustiças que têm ocorrido ao longo do tempo. Ele enfatizou a necessidade de lutar por esses direitos, seja diretamente ou por meio das associações representativas da categoria, especialmente considerando as dificuldades e consequências que enfrentam aqueles que se posicionam abertamente. Ressaltou que é inadmissível que o governo do Estado exclua os

policiais das discussões sobre a criação da lei orgânica, que é um tema de extrema importância para a classe, e, concluindo a participação dele, reafirmou a confiança de que os próprios policiais são os mais capacitados para discutir esses temas. Dando seguimento, o Sr. Presidente passou a palavra para o Deputado Sargento Rui, que iniciou saudando a todos, expressou sua gratidão e honra por participar da audiência, elogiou o deputado Jutay Meneses pelo comprometimento e cuidado com os policiais licenciados, destacou o trabalho contínuo de Jutay em apoiar a categoria e afirmou se sentir privilegiado por estar ao lado dele na defesa dos direitos dos policiais. Ele comentou ainda sobre as dificuldades enfrentadas pela polícia militar, mencionando que a corporação tem sido negligenciada, ressaltou os casos de injustiça, como o de um colega de Arara, excluído há quase dez anos, que foi injustamente mencionado em um boletim, reafirmou seu compromisso de lutar pela reincorporação dos policiais e, por fim, pediu união entre todos. Na sequência, o Sr. Presidente passou a palavra para o Sr. Walter Lima, que iniciou o discurso saudando a todos, destacou a importância da presença e participação dos policiais em momentos decisivos como este, reafirmou o compromisso de nunca desistir da luta pelos direitos da categoria, mencionou a história de um colega que, apesar de estar afastado da corporação por mais de vinte e um anos, conseguiu retornar graças a uma decisão judicial, fez um apelo ao atual governo, especialmente ao governador João Azevedo, para que revisse a situação dos policiais licenciados e inserisse essa questão na Lei Orgânica da Polícia Militar. Ele enfatizou ainda que a emenda constitucional que garantia o retorno dos policiais licenciados foi promulgada e publicada, mas que o governo não cumpriu o que foi prometido. Também destacou o projeto de lei do Deputado Jutay Meneses que cria um Batalhão de Polícia Escolar, e pediu que o governador aproveitasse essa oportunidade para incluir

os policiais licenciados nesse projeto. Ele argumentou que os militares têm a experiência e preparo necessários para atuar nas escolas, substituindo os vigilantes que não têm condições de garantir a segurança de forma eficaz, pediu união entre os policiais e reafirmou que a associação estava aberta ao diálogo com o governo para buscar uma solução favorável para a categoria. Em seguida, o Sr. Presidente expressou sua gratidão pela presença de todos que participaram da audiência pública, destacou a importância da união entre os participantes para alcançar objetivos comuns, como melhores condições de trabalho, salários e a reintegração dos policiais licenciados, ressaltou que, para que esses objetivos fossem alcançados, era necessário que tanto oficiais quanto praças unissem suas forças, pois ambos dependem uns dos outros no cumprimento de suas funções. Mencionou ainda a importância de corrigir erros legislativos que prejudicaram os policiais no passado, reafirmou o compromisso da Assembleia em buscar soluções justas e finalizou a audiência pública garantido o apoio dele e do Presidente da Casa, o deputado Adriano Galdino, na luta pelos direitos dos policiais militares. Não havendo mais nada a ser deliberado, ele deu por encerrada a presente audiência com agradecimentos. João Pessoa, Sala das sessões, dia 22 de agosto de 2024.



**DEP. JUTAY MENESES**  
**PRESIDENTE**